

Processo n.º 1234/2026

Vara da Família e dos Menores da Comarca de Lisboa

Autor (Requerente): Maria da Conceição Silva, contribuinte n.º 123 456 789, residente em Rua da Estrada, n.º 45, 3.º Esq., 1150-150 Lisboa.

Réu (Requerido): José António Pereira, contribuinte n.º 987 654 321, residente em Avenida da República, n.º 12, 4.º B, 4200-100 Porto.

Mandatários:

- **Dr.ª Ana Sofia Martins**, Ordem dos Advogados n.º 12345, com escritório em Rua das Flores, n.º 10, 1050-150 Lisboa.

- **Dr. Luís Fernando Carvalho**, Ordem dos Advogados n.º 67890, com escritório em Avenida da Liberdade, n.º 200, 1250-147 Lisboa.

Juiz: Juiz de Direito **Dr. Carlos Alberto Mendes**, da Vara da Família e dos Menores da Comarca de Lisboa.

Ordem de Guarda – Determinação da Guarda Definitiva à Mãe

Lisboa, 22 de fevereiro de 2026

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, e tendo em conta o pedido formulado pela autora, Maria da Conceição Silva, para a modificação da regulação das responsabilidades parentais da menor Ana Sofia Pereira, de 8 (oito) anos, nos termos do artigo 1882.º do Código Civil e dos artigos 1.º e 2.º do Código de Processo Civil, **RESOLVE:**

Fundamentação

- Interesse superior da criança** – O artigo 1882.º, n.º 1, do Código Civil estabelece que a guarda deve ser fixada de acordo com o melhor interesse da criança, tendo em conta a sua segurança, bem-estar e desenvolvimento integral.
- Mudança unilateral de residência do pai** – O réu mudou de residência para a cidade de Coimbra sem comunicar a autora nem obter autorização judicial, violando o disposto no artigo 1882.º, n.º 2, alínea b), que exige a manutenção da estabilidade de residência da criança.
- Incumprimento do regime de visitas** – O réu tem reiteradamente faltado às visitas previstas, demonstrando falta de comprometimento com o convívio familiar e prejudicando a relação afetiva da menor com o pai.
- Instabilidade emocional da menor** – O relatório psicossocial elaborado pelo Centro de Saúde da Família de Lisboa (processo n.º 2025/12/07) indica sinais de ansiedade e insegurança na menor, atribuíveis à instabilidade gerada pela mudança de residência do pai e pela falta de visitas regulares.
- Princípio da proteção da criança** – Nos termos do artigo 2.º da Convenção sobre os Direitos da Criança, a criança tem direito a ser protegida contra qualquer forma de negligência ou abuso, devendo o tribunal garantir um ambiente familiar estável e seguro.
- Capacidade parental da mãe** – A autora tem demonstrado plena capacidade de exercer a guarda, providenciando cuidados diários, educação, acompanhamento médico e apoio psicossocial à menor.

1. Determinação da Guarda

1.1. **Guarda definitiva** da menor **Ana Sofia Pereira**, nascida a **15 de março de 2018**, fica atribuída à mãe, **Maria da Conceição Silva**, com todos os direitos e deveres inerentes ao exercício da guarda, nos termos do artigo 1882.º, n.º 1, do Código Civil.

1.2. O réu, **José António Pereira**, mantém o direito de convivência com a menor, nos termos estabelecidos no ponto 2 desta ordem.

2. Regime de Visitas Supervisionadas

2.1. O pai terá direito a **visitas supervisionadas** a realizar **uma (1) vez por semana**, nos **dias de terça-feira**, das **15h00 às 18h00**, nas instalações do **Centro de Apoio à Família e à Criança (CAFC)**, localizado na Rua da Alegria, n.º 30, 1000-200 Lisboa, sob a supervisão de um profissional designado pelo referido centro.

2.2. As visitas deverão ser comunicadas com, pelo menos, **48 horas** de antecedência ao centro, mediante o preenchimento do formulário de agendamento anexo.

2.3. O pai compromete-se a não interferir no desenvolvimento da rotina escolar, médica ou extracurricular da menor, devendo respeitar as decisões tomadas pela mãe e pelos profissionais que acompanham a menor.

2.4. O incumprimento das condições acima estabelecidas implicará a revogação do regime de visitas e a possibilidade de revisão da guarda, nos termos do artigo 1882.º, n.º 3, do Código Civil.

3. Comunicação de Mudança de Residência

3.1. Fica o réu proibido de mudar de residência sem prévia autorização judicial. Qualquer intenção de mudança deverá ser comunicada à mãe e ao tribunal, com antecedência mínima de **três (3) meses**, sob pena de ser considerada violação da presente ordem.

4. Despesas e Custos

4.1. As despesas relativas ao acompanhamento psicossocial da menor, bem como ao custo das visitas supervisionadas (incluindo o pagamento ao profissional do CAFC), correrão por conta do réu, que deverá efetuar o pagamento mensal de **€ 150,00 (cento e cinquenta euros)**, mediante depósito bancário na conta da mãe, NIB **PT50 1234 5678 9012 3456 7890 12**, até ao dia **5** de cada mês.

5. Notificação e Cumprimento

5.1. A presente ordem será notificada às partes e ao Ministério Público, nos termos do artigo 15.º do Código de Processo Civil, devendo ser cumprida imediatamente.

5.2. O incumprimento de qualquer disposição desta ordem será punido com as sanções previstas nos artigos 351.º a 353.º do Código Penal, bem como com a possibilidade de imposição de coima coerciva nos termos do artigo 542.º do Código de Processo Civil.

Assim, por sentença, determino a guarda definitiva da menor **Ana Sofia Pereira** à mãe, **Maria da Conceição Silva**, e fixo o regime de visitas supervisionadas ao pai, **José António Pereira**, conforme especificado.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Assinatura:

Dr. Carlos Alberto Mendes

Juiz de Direito da Vara da Família e dos Menores da Comarca de Lisboa

Anexo – Formulário de Agendamento de Visitas Supervisionadas

Campo	Informação a Preencher
Nome do Pai	
NIF	
Data da Visita (dd/mm/aaaa)	
Horário (15h00 – 18h00)	
Assinatura	
Data	